



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questão agrária, humana e ambiental.

O negro e a cidade: estudo no bairro Dom Bosco

Ana Claudia de Jesus Barreto¹

Resumo: A apropriação do espaço urbano na sociedade de classes se configura de forma desigual, partindo do princípio que o acesso a terra é extremamente mercantilizado, dificultando parcelas consideráveis do acesso a uma habitação adequada para viver. Em decorrência do valor da terra, cresce o número de ocupações irregulares e subnormais e áreas de risco ambiental. A população moradora desses locais tem uma cor. São os negros em sua maioria que ocupam os piores lugares na cidade, estão sujeitos às diversas vulnerabilidades, seja no campo do trabalho, da renda, da escolaridade e da moradia.

Palavras-chave: Negro; Segregação urbana; Risco ambiental; Pobreza.

The Negro and the city: study in the Don Bosco neighborhood

Abstract: The appropriation of the urban space in the class society is configured in an unequal way, assuming that the access to land is extremely commodified, making difficult the access to adequate housing to live. As a result of the land value, the number of irregular and subnormal occupations and areas of environmental risk increases. The population living in these places has a color. It is mostly blacks who occupy the worst places in the city, are subject to the various vulnerabilities, be it in the field of work, income, schooling and housing.

Keywords: Black; Urban segregation; Environmental risk; Poverty.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa realizada na cidade de Juiz de Fora (MG) com o objetivo de analisar a ocupação desigual no espaço urbano com ênfase no aspecto étnico-racial. A pesquisadora utilizou os mapas das áreas de risco ambiental elaborados pela Defesa Civil de Juiz de Fora que identifica os locais de riscos de escorregamento de terra e inundação. A partir desses mapas foi realizada uma pesquisa de campo, através de coleta de dados de porta em porta, com o fim de realizar um levantamento populacional e étnico nas áreas indicadas pelo mapa como de risco ambiental. Porém, para aprofundar mais a investigação, foi selecionado o bairro Dom Bosco, por algumas particularidades,

¹ Mestre em Serviço Social. Professora do Departamento de Ciências Sociais aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Carangola, no Curso de Serviço Social. E-mail: <acbarreto@oi.com.br>.

como a forte presença da população negra para estudar e analisar a luta dessa população pela permanência num lugar em que habita que é de vulnerabilidade e ao mesmo tempo sofre com o descaso do poder público cujo investimento é muito baixo. Além da pesquisa bibliográfica e das fontes secundárias (jornal escrito), realizou-se uma entrevista semi-estruturada com alguns moradores para ilustrar com suas histórias de vida, a difícil permanência do negro no lugar que habita e ao mesmo a trajetória para chegar e ficar.

Na cidade de Juiz de Fora em 2010, havia 35.986 habitantes, que correspondia a 7% de moradores em áreas de risco ambiental. Sendo que dentro desse universo, 70,5% eram negros e 29,5% brancos e o poder público até então, não havia tomado medidas preventivas e eficazes para reduzir esses números. Deixando exposto, que não há uma preocupação com uma qualidade de vida positiva e com segurança para a população vulnerável aos desastres ambientais. Frente a essa assertiva, interrogamos se não seria essa situação uma forma velada de discriminação ou de reafirmação que o negro pobre deve continuar sofrendo, porém, outro tipo de violência: a de não ter concretizado seu direito por garantia constitucional de morar adequadamente e com uma qualidade de vida segura? Haja vista, que outrora a violência imposta a essa gente era visível, através dos castigos físicos, o trabalho forçado e hoje essa condição é escamoteada, se mostrando de uma forma na aparência, mas com um fundo perverso o que reforça a condição subalterna imposta através da relação escravista, que de alguma maneira continua sendo reproduzida.

A pesquisa realizada no bairro Dom Bosco, na cidade de Juiz de Fora-MG possibilitou compreender a trajetória de luta e vida dos seus moradores em sua maioria negros e que descenderam de pessoas que foram escravizadas, pelo menos aqueles que participaram do universo das entrevistas e pesquisas. A luta desses moradores não compreende apenas um lugar para morar, mas também para sobreviver em meio às diversas dificuldades enfrentadas desde o início da chegada dos primeiros moradores a partir de 1930, como a falta dos serviços básicos como água e luz. O bairro no início não tinha absolutamente nada a não ser trilha e mato. Com o tempo foram chegando os investimentos públicos e a infraestrutura, porém vale ressaltar que esses serviços não foram conquistados sem tenacidade e perseverança pelos moradores. Mas apesar disso, nessa região está localizada uma população em sua maioria negra e pobre, que carrega uma vulnerabilidade tanto no aspecto econômico como ambiental e paralelo a essa realidade no seu entorno é visível os altos investimentos privados, como o imobiliário, o

econômico e na área da saúde. Podemos considerar o bairro Dom Bosco, ao olhar de fora, como um lócus segregador, mas que no seu entorno tudo se valoriza, mostrando assim a contradição permanente entre trabalho e capital. É onde o investimento não chega no seu interior, por razões das mais diversas, como a desqualificação da pobreza pelo poder público, que desenvolve política pobre para pobre, enquanto chega no seu exterior, onde o capital se valoriza permanentemente aumentando a barbárie e agravando a violência simbólica e não simbólica.

A partir do estudo e da pesquisa pude constatar que a cidade de Juiz de Fora não é para todos, principalmente para aqueles que trazem na pele o estigma da senzala, dos cruéis castigos e pagam ainda um preço muito alto. Como pode ser constatado nas pesquisas de emprego e de salário o negro sempre está em desvantagem com relação ao branco. São 8 milhões de brasileiros morando precariamente, segundo pesquisa do IPEA (2009), dentre estes 40,1% das famílias são chefiadas por homens negros e 21,3% por homens brancos.

O lugar ocupado pelos negros na cidade de Juiz de Fora-MG

A história da urbanização e crescimento da cidade de Juiz de Fora não foi diferente de outras, marcada, paulatinamente, pela lógica do capital que determina a constituição físico-espacial do urbano e a apropriação privada da terra. A questão habitacional é um dos sintomas mais graves da sociedade de classes. A crise da habitação é produto necessário da ordem social burguesa, que construiu uma sociedade de trabalhadores que recebem baixos salários, e não atendem as necessidades de sua reprodução e bem como a existência de mão-de-obra excedente, que vive das sobras da sociedade (SILVA, 1989).

Portanto, o solo urbano, na economia capitalista, deixa de ser uma utilidade para se transformar num investimento, garantindo rentabilidade, às vezes superior ao que ocorre através do setor produtivo, resultando na periferização das grandes metrópoles que passam a se caracterizar pela baixa densidade de ocupação do solo, aumento das distâncias, ineficiência dos transportes coletivos, elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da administração pública obrigando o trabalhador a se submeter à superexploração e a verdadeira espoliação urbana, transformando as grandes cidades brasileiras em verdadeiros amontoados caóticos de favelas, cortiços e outros assentamentos considerados subnormais (SILVA 1989, p. 30).

A questão habitacional é, sobretudo, uma das manifestações da questão social, entendida por Raichelis (2006, p. 17) “como a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais e, na

particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo”.

As consequências da política neoliberal para a área social indicam desresponsabilização do Estado, que passa a garantir o mínimo à população excluída do mercado de trabalho ou incluso precariamente, através das “políticas compensatórias, focalizadas e seletivas, que visam amenizar o impacto negativo das medidas econômicas de ajuste estrutural – é a política pobre para os pobres” (RAICHELIS 2006, p. 22). Por outro lado, o mercado assume a venda dos serviços para aqueles que podem pagar. Essa dinâmica estabelecida transforma as conquistas sociais, sancionadas como direito, em mercadorias que são alcançadas através do poder de compra.

A cidade de Juiz de Fora está dividida em dois lados, o formal, constituído pelas moradias e construções valorizadas pelo mercado imobiliário em locais com boa infraestrutura, saneamento e serviços e, por outro lado, o informal, caracterizado por moradias subnormais e precárias situadas em locais desvalorizados pelo capital imobiliário e sem investimento público. Por esta razão, não existe o necessário para a qualidade de vida dos moradores, como esgotamento sanitário, água, luz e saneamento básico.

Em 2006 o poder público divulgou o diagnóstico social da cidade. Em Juiz de Fora existem de 144 (cento e quarenta e quatro) Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), distribuídas nas diversas regiões da cidade (Norte, Leste, Sul, Oeste, Centro). As regiões Norte/Noroeste concentram o maior número de moradias precárias, totalizando 3.122, com um crescimento de 41% nos últimos 6(seis) anos e, em segundo lugar, vem a região Sudeste, com 2.491. Essas áreas são caracterizadas por moradias subnormais, precariamente atendidas pelos serviços de infraestrutura, saneamento básico, coleta de lixo, luz, água e irregularidade fundiária. Por essa razão Silva (1989), afirma que o problema habitacional está ligado a questão fundiária urbana, uma vez que a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrio na estrutura interna. Nos últimos seis anos, em Juiz de Fora, o número de submoradias saltou de 8.270 para 13.262, representando um crescimento de 62%¹⁹. São consideradas subnormais por estarem situadas em locais, sem infraestrutura e saneamento básico e a ocupação é irregular, não existindo regularização fundiária.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), elaborado pela Defesa Civil em 2007 existem na cidade 42 (quarenta e duas) áreas de risco e

paralelamente a este trabalho o Serviço Social da Defesa Civil em 2010 realizou um levantamento Populacional e Étnico nessas áreas. A pesquisa revelou que, em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres naturais, sendo que desse universo, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas.

O lugar onde mora, caracterizado como risco físico, denota que muitos descendentes de pessoas que foram escravizadas ainda trazem a marca da escravidão velada: a falta de acesso a um bom emprego e, conseqüentemente, o não acesso a uma habitação adequada, e por isso defendemos a ideia que a senzala só mudou de lugar, ela está transfigurada nos locais precários, de difícil acesso e com péssima qualidade de vida. A inserção do negro na sociedade é sofrida e dolorida, poucos conseguem romper a barreira da pobreza e da desqualificação.

Segundo Campos (2005) tanto o quilombo como as favelas são estruturas espaciais estigmatizadas. Segundo o autor, se antes era a resistência pelo não aprisionamento, hoje é pela permanência no lugar escolhido para morar. Apesar de o lugar ser o pior possível, seja pela falta de infraestrutura e de serviços públicos, - é o que sobra para a população considerada desclassificada, cujo acesso à terra sempre foi restrito.

Antes, era a posição submissa e dependente frente ao senhor dos plantéis de café, hoje é o Estado que continua estigmatizando essa população e oferecendo apenas o mínimo para sobrevivência, através de políticas sociais seletistas e compensatórias. Para Yazbec, (2001, p. 34) pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade, como gênero, etnia, procedência etc, expressando as relações vigentes na sociedade. Transformada pelo capital financeiro, a sociedade está dividida entre os possuidores e possuídos, os “excluídos do círculo da civilização”, porque não conseguem satisfazer suas necessidades sociais via mercado, restando-lhe a violência e a solidariedade, conforme sinaliza Iamamoto apud Raichelis, 2006.

Dom Bosco: Estudo de caso

Campos (2005), ao narrar a história de ocupação do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, afirma que os cortiços foram a opção inicial de moradia para os negros libertos. Contudo, com o advento do discurso higienista (1866), os negros pobres, moradores dos pequenos cubículos de madeira, foram expulsos da parte central, porque

aquela área estava em vias de valorização pelo capital. Iniciou-se, então, a política de expulsão das classes pobres através da interferência do Estado.

O mesmo não aconteceu em Juiz de Fora no momento da abolição da escravatura (1888). Somente a partir de 1930, com o declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração em “massa” da população negra, que saiu das fazendas em direção à cidade em busca dos meios de sobrevivência. Os novos contingentes somavam-se à população já residente na área central, dando início à demanda por moradias e à questão habitacional que alcançou visibilidade através da emergência de loteamentos irregulares, invasões em áreas públicas e particulares e a construção de moradias precárias (ALVES, et al., 2002).

Contudo, nesse período parte da área central da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infraestrutura, denominados, pela historiadora Mônica Oliveira (2000), de verdadeiras ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito e, hoje, parte deles são áreas de risco físico, mapeados pela Defesa Civil de Juiz de Fora e que recebem pouco investimento do poder público, agravando o grau de vulnerabilidade e exposição aos riscos ambientais.

A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando um antigo proprietário de terras chamado Vicente Beghelli começou a vender os lotes “por baixo preço” aos operários.

“Pequeno quilombo” foi assim que se referiu o senhor Isaías (87 anos), morador do bairro Dom Bosco desde 1932. Relatou que, ao chegar ao bairro, havia uma presença grande de ex-escravos oriundos das fazendas de café (São Mateus e Salvaterra). Conforme esse antigo morador, as casas eram simples, feitas de sapé, o chão de terra batido e uma única estrada, chamada São Francisco, cortava o morro “Serrinha”, ligando a cidade ao Distrito de São Francisco. A água era de bica e a luz de candeeiro.

D. Geralda (88 anos), filha de ex-escravo, nasceu e morou por muitos anos numa fazenda em Humaitá, no distrito de Torreões, em Juiz de Fora. Contou que migrou da zona rural na década de 40 para a cidade em busca de melhores condições de vida. Pagou aluguel durante alguns anos em outro bairro, antes de mudar para “Serrinha”, quando seu esposo teve a oportunidade de comprar um pedaço de lote de Vicente Beghelli, passando vários anos pagando as prestações. Confirma, como todos os outros moradores antigos, a inexistência de luz e a dificuldade para ir à bica pegar água e trazer na lata, enquanto o

marido ia pegar lenha, onde hoje está localizada a Universidade Federal de Juiz de Fora. A luz era “fraquinha”, vinha do candeeiro. Ela narrou com felicidade o dia em que chegou água encanada no bairro, na gestão (1977-1982) do Prefeito Francisco Antônio de Melo Reis, “o cano estourou, eu pulei pra cima, dei um pulo, levantei minha roupa pra cima, vamos gente comemorar!”.

D. Olga, neta do ex-escravo João Gonçalves, conta que sua família saiu da fazenda Salvaterra quando ela tinha 5 anos. Ela veio morar em Juiz de Fora, no Dom Bosco, na década de 50. Questionada sobre o motivo de terem ido morar naquele bairro, recorda que sua família saiu da fazenda para melhorar as condições de vida. Segundo a entrevistada, na época em que chegou ao bairro, sua família decidiu não “invadir”, apesar de não dispor de dinheiro para comprar um lote. Optaram, então, por morar de aluguel, como até hoje. Olga mora com sua irmã, que também é pensionista. Ambas recordam, quando chegaram ao bairro, “tudo era trilha”, não existiam as ruas, tinha um “bicão” onde os moradores carregavam água, “dava uma briga” quando as mulheres queriam passar na frente das outras. O transporte de passageiros era feito através de bonde, que parava no final da Rua São Mateus. O restante do caminho tinha que ser feito a pé, até chegar ao bairro. Para sobreviver, as irmãs passavam e lavavam roupa pra “fora” e devido ao estímulo do tio, Olga estudou e conseguiu concluir o 2º grau.

Estes relatos confirmam as dificuldades de acesso à terra que os descendentes de escravos tiveram ao chegar à cidade. A inserção precária num bairro praticamente fundado por negros e que não existia infraestrutura para habitações. Contudo, ao longo dos anos a população moradora foi conseguindo junto ao poder público, a instalação de serviços, como água, luz e esgotamento sanitário.

Apesar desses investimentos o bairro é considerado de risco físico pela Defesa Civil, pois ao longo do tempo, sem condições de adquirir um lote ou uma casa num local seguro, muitos moradores foram ocupando as encostas. De acordo com a pesquisa de campo realizada em 2010, nas treze ruas do bairro Dom Bosco consideradas de risco físico, moram 3.514 pessoas, sendo que 19,3% são brancas e 80,7% são negras - pretas e pardas.

No tocante ao perfil de dezesseis (16) entrevistados, sendo que seis (6) deles foram removidos do local onde moravam por ser inadequado. Em sua maioria apresentam uma escolaridade baixa, 68,8% não chegaram a concluir o ensino fundamental. No tocante a ocupação 43,8% é do lar, 25% desenvolvem atividades no mercado informal, como

faxineiras e auxiliar de pedreiro. A maioria está na fase adulta, 43,75% entre 28 e 37 anos de idade. Com relação ao número de ocupantes no domicílio, 68,75% tem de 4 a 7 pessoas ocupando o imóvel. E a renda familiar está entre 1 (um) salário mínimo, 25%, e inferior a 1(um) salário mínimo, 25%.

Quanto ao sentimento deles na ocasião das chuvas, o que impera é o medo e preocupação com os filhos e as pessoas conhecidas. Com relação às seis pessoas que foram removidas da área de risco, apesar de não estarem mais na situação de risco físico, ainda tem “medo”, sentem “tristeza”, “impressão ruim” e com exceção de uma moradora que disse hoje ter “tranquilidade”, por não estar mais no risco. Apenas uma falou que preferia voltar para o lugar que estava antes, porque apesar da precariedade que vivia, sem banheiro, água e luz, hoje tem que arcar com todas essas despesas.

Questionados se tiveram dificuldades em sair do local e irem morar em outro lugar, disseram que sim, devido o baixo valor que é pago para arcar com as despesas de aluguel. A Prefeitura de Juiz de Fora repassa atualmente R\$ 240,00, na época da entrevista era R\$ 180,00. Esse valor está fora do mercado imobiliário, atualmente a média do valor do aluguel na cidade está em torno de R\$ 600,00, a depender da localização do imóvel, além das despesas com impostos, como o IPTU. O que foge da realidade da população pobre, moradora de área de risco que acaba sendo removida do local de origem e cuja renda é de um salário mínimo ou inferior a este, que não provê todas as necessidades básicas da família. Por esta razão muitos acabam saindo de um lugar “ruim” e indo para outro “pior”. Mais uma vez, é o lugar que sobra para essa população morar.

O lugar que sobra para aos negros pobres morar na cidade retrata o descaso do poder público e a ausência das políticas públicas voltadas para minorar a desigualdade territorial, que é o lugar da vida, dos sonhos, da convivência comunitária e da identidade. O território se torna conceito, quando é considerado a partir do seu uso, quando pensamos juntos com os atores que utilizam e vivem o chão de cada dia. Por isso para Santos (1993) devemos olhar para o território como “formas-conteúdo”, considerando a história de um lugar, a sua gente, as causas das mazelas urbanas e não, meramente, olhar seus efeitos.

Os diagnósticos levantados pelo Poder Público não trazem essa outra dimensão do território, apenas trazem o lado objetivo, mensurado e medido, desconsiderando o lado subjetivo que aparece de forma concreta através do sofrimento, das expectativas, dos anseios, das formas de resistência e a luta pela sobrevivência.

É no lugar que se vive que se concretizam a trama das relações sociais, onde os sujeitos desenvolvem a sua identidade e subjetividade. É o lócus da inclusão social pela exclusão, é nele que se faz sentir a ausência das políticas públicas ou a sua presença de forma precarizada, pontual e seletiva através dos mínimos socialmente ofertados pelo Estado.

Creio ser fundamental dá um “zoom” nesses territórios de exclusão, a fim de analisar os efeitos das políticas públicas no contexto neoliberal sobre a vida dos sujeitos sociais dentro desses espaços, com enfoque nas histórias de vida, na trajetória de resistência e luta por um lugar para se viver. Segundo assinala KOGA:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais KOGA (2011, p. 33).

Ultrapassar os limites geográficos e dos diagnósticos, podem nos levar a apreensão de uma outra realidade, revelar um mundo desconhecido que as entrevistas objetivas não alcançam. Poderá servir para desmistificar a ideologia burguesa levantada através do perfil traçado dos cidadãos moradores de comunidades e ocupações irregulares, como violentos, traficantes, preguiçosos e indolentes.

Trajetórias de vida de moradores do Dom Bosco

A seguir, serão narradas trajetórias de vida de alguns descendentes de escravos que moram no Dom Bosco ou que foram removidos pela Defesa Civil, após as ocorrências de deslizamentos de terras. Milton Santos (1993) afirmou que devemos olhar para o território como “formas-conteúdo”, considerando a história de um lugar, a sua gente, as causas das mazelas urbanas e não, meramente, olhar seus efeitos. Em vista disso, este trabalho pretendeu não somente analisar os efeitos das chuvas numa área de risco, na cidade de Juiz de Fora - MG, mas, acima de tudo, sinalizar a sua gente, a história de luta e resistência pela permanência no lugar. E, quem é essa gente? São descendentes de escravos que migraram para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência.

Vale ressaltar que a escolha dos moradores obedeceu a único critério: ser descendente de pessoas que foram escravizadas. Foi explicado o objetivo da entrevista oral e todos aceitaram participar.

Maria Isabel

Bisneta de escrava, 64 anos, natural de Juiz de Fora, analfabeta, viúva, a renda familiar é de um salário mínimo, decorrente da pensão deixada pelo marido. Ainda criança foi para Piau-MG, e lá trabalhava numa fazenda. Em torno de 1973 chegou para morar no Dom Bosco, mas anteriormente “tomava conta” de um sítio no bairro Aeroporto e em troca morava numa casa dentro do sítio. E quando o proprietário pediu a casa, foi para o Dom Bosco por ter encontrado um lote que estava sendo vendido pelo valor que possuía de CrZ\$ 500,00. “Se eu tivesse condições comprava num lugar melhor”, os materiais foram conseguidos através de doação, os colegas do filho que ajudou a construir, fazendo um mutirão “dava café, almoço ao pessoal”. “Foi difícil, pagava os outros pra levar pra lá, o pessoal catava o material da gente”...os moradores de baixo discriminava, falava que era favela”. A casa de Maria Isabel, era de alvenaria, com dois pavimentos, foi demolida em 2008, porque estava numa área sujeita a escorregamento de terra. A partir de então ela recebe R\$ 180,00, referente ao auxílio aluguel pago pela Prefeitura de Juiz de Fora. Junto com ela moram suas 3 (três) filhas e 5 (cinco) netos. Questionada sobre seu sentimento quando chove diz: “fico tranquila, não estou na situação de risco.”

Fátima

Natural de Juiz de Fora, neta de escrava por parte de mãe, tem 38 anos, mãe de 6 filhos, destes apenas estão sob sua responsabilidade 4 (quatro) filhos de (1, 6, 9 e 16 anos). Desempregada, cursou até a 1ª série, teve o benefício do Programa Bolsa Família suspenso. Não sabe informar em que ano chegou ao Dom Bosco, apenas falou sobre o motivo que a levou para aquele bairro: o casamento com seu companheiro (falecido). Ao ser questionada sobre sua infância, demonstrou muita dificuldade em expressar, se resumiu em dizer que trabalhou “tomando conta de criança”. Ao ir para o Dom Bosco, ficou morando por um período na casa da sogra e aos poucos foi construindo sua casa que era de “madeirite”, “chão de terra”... não gosto de lembrar”, diz ela. Certamente, não é agradável para ela recordar os momentos difíceis que viveu, até quando a Defesa Civil

em 2003 atendeu o chamado de escorregamento de terra em que gerou a remoção de algumas famílias, como a de Fátima. Que passou a ser beneficiada com o auxílio aluguel até 2007, quando recebeu uma moradia da COHAB e hoje se divide entre sua morada e a casa do seu atual companheiro, que mora no Dom Bosco. “Quando chove hoje, já não tenho medo... sinto coisa boa... ter a casa da gente... ter algo que é da gente é muito bom”.

Vanderlei

Natural de Coimbra-MG, descendente de escravo por parte da avó materna. “Minha avó usava argola no nariz, ela morreu com 120 anos”. Foi dessa forma que Vanderlei reacendeu na memória a lembrança de sua querida avó com a qual conviveu por muitos anos. “Eles eram vendidos... igual a boi... a carne mais boa ...”, desse jeito que o morador resumiu o significado da escravidão para ele, a partir dos relatos narrados por sua avó quando ainda era criança. Seu Vanderlei, 59 anos, aposentado, viúvo, estudou até a 5ª série. Quando se aposentou recebia 2 (dois) salários mínimos, mas após tantos decréscimos recebe atualmente R\$ 510,00. Possui escritura do imóvel, conquistada graças a advogada da construtora em que trabalhava que o orientou a legalizar, junto à Prefeitura, a compra do imóvel que, na época, foi feito um contrato tipo “gaveta”. Junto com ele mora uma companheira com a qual tem um filho de 1 ano e mais dois enteados, filhos do outro relacionamento de sua atual companheira. Quando criança trabalhou nas fazendas em Visconde do Rio Branco/MG “ah...candeei muito boi”. Entre 13 e 14 anos veio para Juiz de Fora, quando seu cunhado que era militar resolveu trazê-lo para trabalhar e depois servir o exército. Por aqui ficou trabalhando em sítios, em um dos últimos, quando já era adulto, resolveu se desvincular, porque a proprietária não dividia mais com ele os produtos que ele plantava. Porém, durante os anos que trabalhou em sítios fez uma poupança e com esse dinheiro comprou a casa que mora. Sua chegada ao Dom Bosco foi em 1983, antes de adquirir a sua moradia, pagava aluguel do porão nesta mesma casa que comprou. O motivo que o trouxe ao Dom Bosco foi à proximidade com o seu serviço, na época era funcionário de uma Construtora que estava construindo um prédio nas proximidades. Seu Vanderlei por instantes olha para a cidade, e aponta para os prédios que construiu na Avenida Independência. “Quando eu mudei era tudo trilha”... “era uma rede de esgoto à céu aberto, a luz era fornecida por vizinho da rua de baixo, água era de mina, pra beber tinha que ir na bica”, e assim ele descreve as dificuldades enfrentadas

para morar e permanecer no lugar. Mas hoje na opinião dele está melhor devido as casas que a Defesa Civil demoliu . Resume e finaliza dizendo: “Foi uma luta, era tudo mato”.

Segundo KOGA (2011, p. 34), “o chão do território pode significar um novo aporte para o debate no campo das políticas públicas”. Na sua maioria as políticas públicas são elaboradas para atender de um modo geral todos os territórios, como se não existissem diferenças, anseios e necessidades humanas opostas. Cada lugar tem sua especificidade e condições desiguais de vida e que exigem enfrentamentos particulares e as diferenças sociais e culturais deveriam ser consideradas na elaboração das políticas públicas.

As políticas públicas são elaboradas verticalmente, não se considera o desejo de cidade do cidadão. Tão pouco é considerado a história e experiência de vida, pois cada pessoa e lugar possui uma história que cria uma identidade entre o lugar que mora e a cidade. Essas informações necessariamente passam pelos moradores do lugar, o que implica na sua participação na discussão sobre a cidade e o seu desejo de vida.

A produção desse conhecimento no âmbito do serviço social é de suma importância para se pensar a cidade a partir do olhar do cidadão que passa pelo processo de inclusão/exclusão social. Possibilitando a discussão e necessidade de valorizar as diferenças culturais e sociais e de levar em consideração não apenas um mapa, um diagnóstico, mas também incluir nesses estudos “a inclusão das utopias de democracia, cidadania e felicidade” (KOGA, 2011:157).

Conclusão

Estudar a realidade brasileira é um grande desafio para o assistente social, mas ao mesmo tempo lhe capacita ao conhecimento para desenvolver práticas que possam contribuir para a redução da exclusão social. Trazer a discussão o lugar do negro pobre na sociedade brasileira é repensar a cidade: para quem e para que existe a cidade? Qual o desejo de cidade para a população majoritária? Como deixar de ser um cidadão de papel e tornar-se real?

As cidades brasileiras é um palco de lutas por habitação digna, pelo trabalho, pela alimentação, pela saúde, pela assistência, enfim pela materialização dos direitos sociais. A espoliação urbana (KOWARICK, 1979), é a destituição de uma grande parcela da população, do acesso aos bens e serviços. Há ausência de quase tudo para essa população excluída e ao mesmo tempo incluída precariamente, como afirma YASBEC (2001) é a inclusão pela exclusão. O poder público permite a ocupação em espaços desvalorizados

pelo mercado imobiliário e ao mesmo tempo se dá a segregação espacial, alocando a pobreza nas denominadas favelas, áreas de risco ambiental e assentamentos precários, excluindo do lugar seguro e legalizado, não oportunizando a criação de políticas públicas para reduzir o estabelecimento do lócus da pobreza nas cidades.

Existem dados oficiais através de pesquisas e levantamentos que identificam quantos são e onde estão os excluídos socialmente. Números suficientes para começar construir uma política para uma cidade mais igualitária, uma modelação do espaço menos agressiva e mais sustentável. Contudo, o interesse do capital e dos grupos políticos que monopolizam os investimentos para o crescimento do lucro das instituições financeiras, emperram a materialização das leis e dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Por isso é necessário fortalecer os grupos majoritários, o cidadão morador da favela, das ocupações irregulares, das áreas de risco ambiental capacitando-os para o conhecimento dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade (Costa e Lima, 2004). A fim de que habilitados e conscientes dos seus direitos possam imprimir pressão junto ao poder público para conquistar sua liberdade, autonomia e cidadania.

Referência

ALVES, Anna Cláudia Rodrigues Alves, et al. **Habitar X Morar: Uma análise Crítica – A perspectiva dos excluídos da política de habitação em Juiz de Fora.** Juiz de Fora/MG, 2002, 82f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)–Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2002.

CAMPOS, Andreino Campos. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, T H B S.; Lima, R E de. Questão Urbana e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, 2004, p. 162-171.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana.** Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm>>. Acesso em: 21 out 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo.** São Paulo, 1995. Disponível em: <www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_metrperif.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In: BORGES, Célia Maia (Org). **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3.ed. Brasília: IPEA, 2008. p. 5-35. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/.../Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a questão social na grande cidade**. Artigo do 1º Relatório Científico da Pesquisa Temática Gestão Pública e Inserção Internacional das cidades. São Paulo: Lua Nova, 2006, p. 14 – 48.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993, p. 59-133.

SILVA e SILVA. Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira**: verso e reverso. São Paulo, SP: Cortez, 1989, p. 20-32.

YAZBEC, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 33- 39, 2001.